



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI N° 2238/1977</b>		
Ementa <b>INSTITUI O PLANO COMUNITÁRIO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO.</b>		
Data da Norma <b>06/06/1977</b>	Data de Publicação <b>08/06/1977</b>	Veículo de Publicação <b>Jornal de Jundiaí</b>
Matéria Legislativa <b><a href="#">Projeto de Lei n° 3145/1977</a> - Autoria: Prefeito Municipal</b>		
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Observações <b>Autor: PEDRO FÁVARO (PREFEITO MUNICIPAL)</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b>	<b>Norma Relacionada</b>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b>
30/05/1979	<a href="#">Lei n° 2350/1979</a>	Alterada por
01/06/1979	<a href="#">Lei n° 2351/1979</a>	Alterada por
17/11/1981	<a href="#">Lei n° 2529/1981</a>	Alterada por
02/09/1983	<a href="#">Lei n° 2646/1983</a>	Alterada por
30/11/1983	<a href="#">Lei n° 2673/1983</a>	Revogada por



LEI Nº 2238, DE 06 DE JUNHO DE 1977

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, -  
de acordo com o que decretou a Câmara  
Municipal em Sessão Extraordinária, -  
realizada no dia 31 de maio de 1977, -  
PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o "PLANO CO  
MUNITÁRIO DE OBRAS" de pavimentação para as Vias Públicas do Mu  
nicípio de Jundiá, que obedecerá ao disposto nesta lei e no de  
creto que a regulamentará.

Art. 2º - Este PLANO COMUNITÁRIO DE -  
OBRAS de pavimentação abrange a execução de todo e qualquer ti  
po de obras de melhoramentos necessários às vias e logradouros/  
públicos do Município, desde que solicitados, por escrito, por  
proprietários de imóveis lindeiros, cujas testadas somadas se  
jam iguais a 70% (setenta por cento), no mínimo, da testada to  
tal a ser beneficiada.

Parágrafo Único - Para efeito deste -  
artigo considera-se imóvel lindeiro aquele que venha a ser bene  
ficiado diretamente pela execução da obra ou melhoramento públi  
co.

Art. 3º - Onde for contratada a pavi  
mentação será considerado como propriedade componente dos 70% -  
(setenta por cento) de testada descrita no artigo 2º, os proprie  
tários dos terrenos, cujas testadas já tenham guia, sarjeta e -  
calçada, ou que demonstrem ter contratado para que estas obras/  
tenham sido efetuadas antes da pavimentação.

Art. 4º - Desde que a adesão à reali  
zação das obras pelo PLANO COMUNITÁRIO abranja, no mínimo, 70%  
(setenta por cento) de via pública ou trechos de via a pavimen  
tar e drenar, com colocação de guias e sarjetas somente ou ape  
nas pavimentar, fica a critério dos interessados a forma de con  
tratação com a Empreiteira.

Art. 5º - Se entre os proprietários -  
discordantes houver propriedades sem guias, sarjetas e calçadas,  
estas estarão implícitas no custeio da obra a ser suportada pe  
la Prefeitura, quando a solicitação for para a pavimentação.



-fls.2-

Art. 6º - As obras ou melhoramentos - públicos requeridos nos termos do artigo 2º desta lei serão executados de forma indireta pela Prefeitura, mediante a colaboração espontânea dos proprietários lindeiros, através de adesões/ e contratos com firmas Empreiteiras, na forma estabelecida nesta lei e no decreto regulamentador.

Art. 7º - Quando faltar a adesão total dos proprietários lindeiros, caberá à Prefeitura a responsabilidade de 30% (trinta por cento), no máximo, no custeio das obras ou melhoramentos.

Art. 8º - As importâncias devidas à Prefeitura pelo custeio de até 30% (trinta por cento) nas despesas das obras, serão por ela cobradas dos proprietários beneficiados que não aderirem ao Plano Comunitário de Obras e pagas à Empreiteira à medida que o produto da cobrança der entrada nos cofres municipais.

Parágrafo Único - Sobre as importâncias referidas neste artigo será devida à Prefeitura e, juntamente cobrada por ela, uma taxa de administração de 15% (quinze por cento).

Art. 9º - Nas vias a serem pavimentadas, onde houver propriedades da Prefeitura, esta suportará, nos mesmos termos estabelecidos nesta lei aos munícipes proprietários, os encargos das obras.

Art. 10 - Quanto à execução da obra, sem prejuízo de outras medidas julgadas necessárias, caberá privativamente à Prefeitura:

I - Appreciar os pedidos dos interessados na realização dos serviços;

II - Aprovar os requerimentos ou, a seu critério, indeferir-los por razões de ordem técnica, urbanística e outras;

III - Examinar e aprovar o projeto e orçamento de custo;

IV - Fornecer as especificações a serem adotadas nos projetos;

V - Fiscalizar as obras, para que sejam executadas dentro das especificações fornecidas;

VI - Impor tipo de pavimentação removível onde ainda não haja rede de esgotos.



Art. 11 - Na elaboração dos orçamen -  
tos de custo referidos no artigo anterior, item III, a Empreiteira levará em conta os valores unitários dos serviços autorizados mediante concorrência pública específica para as obras do PLANO COMUNITÁRIO.

§ 1º - Os valores unitários dos servi  
ços serão calculados com base nas despesas de mão de obra e materiais a serem aplicados, acrescidos das despesas indiretas de projeto, de administração, etc.

§ 2º - Dependendo das datas de execu-  
ção das obras, os orçamentos sofrerão reajuste com base nos ín-  
dices oficiais aplicáveis aos serviços.

§ 3º - Para fins de cobrança dos pro-  
prietários dos imóveis beneficiados pela obra, a Empreiteira -  
adicionará ao valor das obras o proporcional das despesas de fi  
nanciamentos, os juros aplicáveis aos prazos de pagamento e ta-  
xas de administração financeira, valores estes que deverão es-  
tar previamente determinados por ocasião da concorrência públi-  
ca.

§ 4º - Da Comissão que julgará a con-  
corrência, a que se refere o artigo, deverão fazer parte 2 (---  
dois) Vereadores.

Art. 12 - As obras de pavimentação a  
serem inseridas neste Plano deverão ter as especificações técni  
cas, de acordo com sua utilização, densidade e tipo de tráfego,  
diferenciando-se o preço dos serviços e consequente manutenção.

Art. 13 - As obras executadas pelo re  
gime do PLANO COMUNITÁRIO DE OBRAS serão previamente reconheci-  
das e declaradas, pelo Prefeito, de interesse e conveniência do  
Município.

Art. 14 - O Prefeito Municipal regula-  
mentará esta lei, estabelecendo, entre outras, os requisitos e  
as condições que assegurem a idoneidade e capacidade técnica/  
e financeira da Empreiteira responsável pela execução das obras  
e melhoramentos contratados pelo sistema Comunitário.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na  
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
(PEDRO FAVARO)

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Negócios Internos e Ju-



-fls.4-

ridicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos seis dias do  
mês de junho de mil novecentos e setenta e sete.

*Rene Ferrari*  
(RENE FERRARI)

Respondendo pela SNIJ

lms